

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

REQUERIMENTO DE CONVITE Nº , DE 2011

( do Sr. Rogério Marinho )

Requer que seja convidado o Ministério da Educação para expor acerca do pronunciamento do Sr. Jorge Haje Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, sobre fraudes e falta de fiscalização na Educação, conforme divulgado pelo Jornal O Globo em 29.03.2011.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos constitucionais e regimentais que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias ao convite do Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação, para expor acerca do pronunciamento do Sr. Jorge Haje Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, de que há fraudes e falta de fiscalização na Educação, conforme divulgado pelo Jornal O Globo em 29.03.2011.

### JUSTIFICAÇÃO

Segundo notícias publicadas no Jornal O Globo, o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Haje, admitiu que há fraudes no Sistema de Educação e que não há fiscalização suficiente para coibi-las.

**GLOBO, 29.03.2011:**

**Planalto: Saúde e Educação não agem contra as fraudes**

*“Diante das fraudes na Saúde, o ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Haje, admitiu ontem que o problema se repete na Educação. Para ele, falta fiscalização, e estes ministérios não agem para coibir irregularidades. Na Saúde, R\$ 662 milhões foram desviados em quatro anos, como mostrou*

*reportagem do GLOBO. Há dois anos, a CGU, órgão ligado à Presidência da República, apontou falhas na Saúde, mas nada do recomendado foi feito. "Educação e Saúde têm a pior fiscalização", afirmou Hage. Após as denúncias, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, disse que fará recadastramento geral de unidades, médicos e prestadores de serviço do SUS.*

## **Fora de controle**

Educação e Saúde têm a pior fiscalização, admite ministro-chefe da CGU Roberto Maltchik

A Controladoria-Geral da União (CGU) admitiu que a Saúde tem a pior fiscalização do governo devido ao controle "absolutamente insuficiente" das transferências para estados e municípios. As mesmas falhas contaminariam o também bilionário orçamento da educação. O ministro-chefe da CGU, Jorge Hage, afirmou que falta transparência no Ministério da Saúde e anunciou um plano de ação para conter o rombo nos cofres públicos. Nos últimos dois dias, O GLOBO mostrou como os desvios de recursos estão disseminados na Saúde.

- Educação e Saúde têm a pior fiscalização. Na Saúde, há grandes fragilidades no controle por parte do Ministério da Saúde em relação aos recursos fundo a fundo. Nós atribuímos tudo isso à falta de um acompanhamento com a devida transparência por parte do poder repassador (governo federal). As nossas fiscalizações in loco nos municípios sempre trazem uma incidência maior de irregularidades na Saúde e na Educação - afirmou Hage.

As falhas, apontadas esta semana em reportagens do GLOBO, já foram cobradas do Ministério da Saúde, em Nota Técnica emitida há quase dois anos. Mas nada foi feito para corrigir dois problemas mais críticos: a inexistência de análise dos relatórios de gestão, encaminhados por estados e municípios, e a falta de identificação de quem recebe o dinheiro federal.

Dados levantados pelo GLOBO mostram que apenas 2,5% das transferências da Saúde são fiscalizadas. E, ainda assim, nos últimos quatro anos, os desvios quantificados em Tomadas de Contas Especiais (TCEs) somaram R\$662 milhões. O descontrole ultrapassa as transferências fundo a fundo e atinge as informações prestadas por estados e municípios ao ministério. Um médico com 14 vínculos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) disse ao GLOBO que, há dois anos, telefonou ao ministério para denunciar o uso irregular de seu nome por um hospital, mas nenhuma providência teria sido tomada.

A proposta da CGU para reestruturar o controle dos repasses legais fecha a porta para saques de dinheiro na boca do caixa, que ficariam limitados a situações "excepcionais", com limite de R\$800 por ano ou semestre. Entre as medidas que Hage classifica como "mínimas e essenciais" está a restrição das transferências a bancos públicos. Da conta do estado ou do município, o dinheiro deve seguir diretamente - sem intermediários - para a conta do prestador de serviços ou da pessoa física contratada.

- (Hoje), não há obrigação de que dessa conta (do estado ou do município) o dinheiro saia para o seu destinatário final. Pode passá-lo para outras contas... inúmeras contas. Daí, o sistema perde completamente o controle - afirmou. Para coibir fraudes no banco de dados da Saúde, a CGU propõe a criação de um portal capaz de unificar informações cadastrais de médicos, hospitais, clínicas e prefeituras, que seriam confrontados com a execução física e

financeira dos projetos. As falhas e as propostas para conter o rombo nos cofres da União foram apresentados ao Ministério da Saúde em Nota Técnica de 9 de julho de 2009.

- Traria para o ministério condições de acompanhar o que repassaram, traria ao controle plenas condições de acompanhar o dinheiro que flui para os municípios e permitiria à sociedade o acompanhamento. As medidas de transparência se constituem no principal antídoto contra os desvios, o desperdício e a corrupção - disse.

**prejuízo não pode nem ser calculado.**

No último ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a CGU e o Ministério da Saúde criaram um grupo de trabalho conjunto para discutir a criação do portal. Mas a proposta ficou no papel.

- Já tenho uma conversa agendada com o ministro (Alexandre) Padilha para tratar desse assunto. Essa é uma diretriz da presidente Dilma (Rousseff) - informou Hage.

O ministro da CGU afirmou que a dimensão do país, a fragilidade do controle e a capilaridade dos repasses impedem que se dimensione o volume de dinheiro desviado da Saúde.

- Qual é o montante de prejuízo que isso dá ao dinheiro público? Não tenho condição de dizer. Não é uma coisa simples e trivial de dizer.

Entre as informações da Nota Técnica, a CGU identificou que não houve avanço em medidas financeiras e de prestação de contas.”

O convite que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em        de abril de 2011.

**Deputado Rogério Marinho**  
**(PSDB / RN)**